
A EMERGÊNCIA DO BRASIL PROFUNDO: O PAPEL DA AMAZÔNIA NESSE PROCESSO

THE EMERGENCY OF DEEP BRAZIL: THE ROLE OF THE AMAZON IN THIS PROCESS

Carlos Santos¹

RESUMO: Há um Brasil vindo à tona trazido pela onda do agronegócio. Uma faixa que cobre o oeste até a região norte, englobando estados cujas capitais lideram uma constelação de cidades médias dinamizadas pela produção de *commodities*, que são responsáveis pela pauta de exportação e pelo consumo interno, dado o peso que exercem na economia brasileira. Porém há um preço a ser pago por essa dinâmica de produção e de ocupação de terras do oeste e do norte do país. São os impactos no cerrado e na floresta amazônica. Dois biomas que precisam ser cuidados. Então, discute-se esse dilema: como modernizar e preservar ao mesmo tempo. Dá-se ênfase ao contexto amazônico.

Palavras-chave: Brasil Profundo. Amazônia. Sustentabilidade. Espacialidade. Zoneamento.

ABSTRACT: There is a Brazil coming to the fore brought by the agribusiness wave. A belt that covers the west to the north, encompassing states whose capitals lead a constellation of medium-sized cities energized by the production of commodities, which are responsible for export tariffs and domestic consumption, given the weight they exert in the Brazilian economy. But there is a price to be paid for this dynamic of production and occupation of land in the west and north of the country. These are the impacts on the cerrado and the Amazon rainforest. Two biomes that need to be taken care of. Then, this dilemma is discussed: how to modernize and preserve at the same time. Emphasis is placed on the Amazonian context.

Keywords: Brazil Deep. Amazon. Sustainability. Space, Zoning.

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: herodoto@unir.br.

Artigo recebido em setembro de 2019 e aceito para publicação em agosto de 2020.

INTRODUÇÃO

O extremo oeste brasileiro, configurado por capitais estaduais como Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco, tendo como coadjuvantes Goiânia, Palmas, Manaus e Boa Vista, está em contraposição ao Brasil Atlântico por ser o Brasil Profundo. Cada capital citada lidera uma rede de cidades médias que explodem em vitalidade face a onda agro-econômica. Imensos campos de soja, pastos pecuários sem fim, extensos tapetes de milho e de algodão, oceanos de cana de açúcar, além de usinas de processamento de soja e de cana, frigoríficos, ou enclaves industriais como a Zona Franca amazense. Tal cornucópia de riqueza despeja um enxame de carretas geminadas, como se fossem trens com rodas de pneu, pelas artérias asfálticas até os portos marítimos tanto atlânticos quanto quiçá pacíficos (a saída para o Pacífico pelo Acre já é plenamente viável), ou os fluviais como Santarém (Tapajós), Itacoatiara (Amazonas) e Porto Velho (Madeira), como terminais hidroviários, de onde partem ou aportam fileiras de barcaças carregadas, impulsionadas por potentes rebocadores. Enquanto não desatam o nó da ferrovia Norte-Sul, que certamente dinamizará mais ainda o escoamento. De vez que ela se interligará ao projeto sino-brasileiro de uma ferrovia transoceânica, ligando o Pacífico (os portos peruanos de San Juan, Matarini e Ilo) ao Atlântico (os portos brasileiros do Açu no Rio de Janeiro, de Santos em São Paulo e os de Ilhéus e Salvador na Bahia).

Está vindo à tona um Brasil recôndito, que Euclides da Cunha (1902/1998) já chamara atenção com seu *Os Sertões*, nos remetendo à saga rebelde de Antônio Conselheiro, no drama de Canudos. Região que o geógrafo alemão Léo Waibel (1955) também nomearia de *sertão*, dentro do contexto de seu estudo sobre o que ele denominou de *As zonas pioneiras do Brasil*. Ambiente do personagem Jeca Tatu do livro *Urupês* de Monteiro Lobato (1918). Personagem que nos remete ao clássico estudo de Antônio Cândido (1975), *Os Parceiros do Rio Bonito*, sobre o modo de vida caipira. Enfim, a marcha para o Oeste cria as novas veredas que substituem aquelas que Guimarães Rosa (1990) cantou em seu *Grande Sertão: Veredas*.

Esse Brasil que foi delineado pelos bandeirantes nos séculos XVI e XVII, mas só efetivamente integrado a partir de Vargas, que ecoou o brado de Cassiano Ricardo (1959) de se marchar para o Oeste, consolidado com JK (Brasília e os grandes eixos rodoviários) e finalizado pelo regime militar nos anos de chumbo, seguindo diretrizes traçadas por Golbery do Couto e Silva (1967) em seu *Geopolítica do Brasil*. Esse Brasil caipira se moderniza a passos largos. E se impõe economicamente ao Brasil Atlântico. Inclusive, surfando na onda do agronegócio, explode repaginada a música caipira, agora batizada de moda sertaneja.

Há uma mesclagem (matuchos?) de sul-sudestinos, caboclos e indígenas. Um outro tipo de brasileiro está surgindo em substituição ao sertanejo.

Modernidade que assusta os ribeirinhos, as matas, os bichos e as águas. Portentosas hidrelétricas (Tucuruí, Belo Monte, Santo Antônio e Jirau) invadindo florestas e terras indígenas sagradas, quebrando o encanto sacromágico dos igarapés, ou desalojando ribeirinhos. Rodovias conspurcando a intimidade bravia das matas (como a inacabada e problemática Transamazônica ou a Cuiabá-Santarém). E gente e mais gente ocupando, desbravando, plantando e criando, transformando um Brasil extrativista em um Brasil agrícola-pecuário urbanizado, cheio de máquinas e de cidades. Uma antiga soterrada brasilidade está emergindo em sofisticadas espacialidades!!!

Então, conforme a canção de Sá & Guarabira: O sertão vai virar praia?

E A AMAZÔNIA?

Desde o projeto de integração dos anos sessenta que, como lembra Kitamura (1994, p. 36):

Em termos de cronologia, pode-se dizer que até o início da década de sessenta a Amazônia era uma região física e economicamente isolada; em que os meios de transporte predominantes eram o hidroviário e o aéreo. Esse isolamento chega ao fim com a abertura das rodovias Belém-Brasília em 1959 e Cuiabá-Porto Velho em 1965 (antiga BR 29 aberta por JK e atual BR 364), que inauguraram definitivamente a comunicação por terra com os grandes centros urbanos do sul do país. Todavia, é com a implementação, em 1966, pelo governo militar, do que chamou “Operação Amazônia”, que a região começa a ganhar os contornos da Amazônia de hoje.

A Amazônia de hoje acompanha o esforço nas últimas décadas do século vinte de integração nacional de toda a faixa oeste do território nacional – a fronteira interna de exploração. Essa faixa mais a Amazônia constituem o que podemos chamar de Brasil Profundo. Esse país recôndito passa a ser visível quando, na década de trinta, a famosa “marcha para o Oeste” já anunciava a relação entre expansão da fronteira e industrialização. “O Brasil dispõe de uma imensa reserva de terra para expansão, com um enorme mercado potencial para os países industrializados. Não uma expansão territorial política, mas uma expansão populacional está em curso agora aqui. Não é necessária a procura de novos mercados, novos territórios, matérias-primas. Tudo existe aqui e espera pelos novos bandeirantes, dotados de iniciativas e métodos modernos. É a busca de uma nova mudança da fronteira”. (NORMANO, 1935 *apud* FOWERAKER, 1982, p. 290).

Porquanto na atualidade, os novos espaços de produção são virtuais reservatórios de recursos, ou seja, espaços em estruturação por vetores que se remetem até os níveis de articulação do sistema financeiro mundial que, ao definir parâmetros de industrialização ou de tecnologização no âmbito mundial, estipula papéis no interior dos Estados-Nações e estabelece nova estrutura de divisão do trabalho em função de novas estratégias de alocação de investimentos (SANTOS, 1996). Isso implica todo um jogo de atração de capitais via criação ou reformulação de vantagens comparativas para a inserção no processo de mundialização da modernização, a chamada globalização.

A apropriação da terra na fronteira, dada a sua relativa disponibilidade, se verifica de diversos modos, isto é, abre-se a perspectiva tanto da produção em imensas extensões quanto em forma de campesinato (BECKER *et al.*, 1990, p. 17-19). O processo de valorização da fronteira contou com uma política de indução de migração, caracterizada pela formação de uma força de trabalho intrinsecamente móvel. Tal característica permite a manutenção do campesinato, fazendo-o diferenciar-se e assumir novas modalidades. É que a produção da fronteira não se restringe apenas à atividade agrícola, abrange também a pastoril, a extrativa (mineral e florestal), a energética (grandes hidrelétricas) e até a financeira através da especulação imobiliária da terra (COY, 1988).

A fronteira amazônica é permeada por um processo de urbanização que acompanha as vias de penetração, fazendo surgir e ressurgir núcleos urbanos de caráter estáveis e instáveis, que atuam como suporte do mercado de trabalho, da socialização de mão-de-obra, e da organização territorial em curso. Semelhante (re)estruturação do contexto amazônico foi marcada pela sistemática da lógica público-privada, traduzida na ação

estatal e na iniciativa privada, onde de um lado predomina a colonização oficial e, de outro, projetos empresariais privados de colonização.

Por fim, o processo de integração do espaço amazônico constitui um cadinho de conflitos que reproduz, à escala regional, os mesmos conflitos inerentes à sociedade nacional, mas que têm como eixo básico a questão da terra enquanto valor de uso versus valor de troca (COY, 1988). Questão que se dinamiza por um processo de expropriação e violência, constituindo uma problemática social e política (MARTINS, 1991).

Integração Amazônica: Antiga e Recente

O espaço amazônico surge para o imaginário europeu a partir da expansão ultramarina que o processo de acumulação primitiva (o modo mercantilista) deflagra através das expedições oceânicas promovidas pelas coroas ibéricas, mormente a Espanha. Foram precisamente os castelhanos os descobridores do vale amazônico. Porém, irá caber aos portugueses a ocupação e colonização da imensa região. A posse lusitana do vale da Amazônia foi garantida em função de um delicado contexto político em curso na própria Europa, dentro de uma correlação de forças que envolvia a aliança de Portugal à uma potência emergente, a Inglaterra, contra o domínio declinante da Espanha, aliada da França (MACHADO, 1989). Ou seja, era o momento em que a Europa vivia o ocaso da era filipina (HOLANDA, 1989; 1994).

A ocupação da região se processou pelo expediente da evangelização dos povos amazônicos pelas missões, que eram enclaves que amarraram a difusa ocupação territorial indígena. Em meados do século XVIII esse controle territorial é rompido por condicionantes internos à Colônia. De um lado, a questão do controle da mão-de-obra indígena, gerando conflitos entre colonos e missões, e a descoberta das minas de ouro, que abrem o interior à migração em massa do litoral; e de outro, uma crise econômica na metrópole portuguesa, que deflagra um processo de reforma político-econômica, instaurando a era pombalina. Essa mudança repercute no contexto amazônico através da criação de novas unidades administrativas, na construção de fortificações mais poderosas (formando uma linha demarcatória a oeste, base da fronteira política futura), na transformação dos antigos núcleos missionários em “vilas portuguesas”, e em expedições científico-demarcatórias, que criaram um acervo de conhecimento regional e cartográfico. Dessa nova situação tomam relevo a ocupação por área, e não mais por “linhas” ou vias de penetração, e a valorização do conteúdo territorial pela exploração agrícola, implicando a colonização regional por “nacionais”, visando assegurar o domínio da região, alicerce do princípio do *uti possidetis* (MACHADO, 1989).

No final do século XVIII, o único resíduo da política pombalina nas terras de Rondônia foi o Forte Príncipe da Beira, construído no Vale do Guaporé como parte da política de consolidação da fronteira do domínio português (FONSECA, 1892)

Com a crise do sistema mercantilista e da monarquia absolutista na Europa entra em colapso o colonialismo ibérico. A referida mediação inglesa coloca Portugal em confronto com a França napoleônica; em decorrência, a família real lusa vem para o Brasil, criando as condições para que a independência nacional aconteça. Nesse novo contexto, a região amazônica, que tinha uma consolidada ligação direta com Lisboa (em função do Estado do Maranhão e Grão Pará), reluta em aderir à independência brasileira, isto é, às decisões do Rio de Janeiro. Além disso, dada a relação conflituosa que as oligarquias locais mantinham com a população, havia o temor de que, no bojo das mudanças decorrentes da nova situação, uma libertação dos escravos os levassem a unir-se à população “livre”, intensificando a tensão social. Não obstante, os movimentos populares tomam fôlego e eclodem, como o da Cabanagem.

Na segunda metade do século XIX, uma nova injunção econômica internacional incide sobre a região. Trata-se da valorização da borracha no mercado internacional; seu impacto causa a expansão das áreas produtoras, impõe mudança no regime de trabalho e pressiona a abertura do vale amazônico à navegação internacional. Como consequências dessas transformações, pode-se listar a preocupação oficial pela demarcação das fronteiras externas, a ênfase em novas expedições científicas para aprimorar o conhecimento da região e, importante, a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho. Por outro lado, a economia gomífera produziu um intenso povoamento regional responsável por uma incipiente rede urbana. É no contexto da economia da borracha e de suas consequências para o povoamento do sudoeste da Amazônia que se dá, por exemplo, a segunda tentativa de ocupação da atual Rondônia.

Após o período de estagnação a que foi levada a região devido à queda do preço da borracha, com breve lampejo de recuperação durante a Segunda Guerra Mundial, o contexto amazônico só volta a ter importância no cenário nacional com a construção de Brasília, dentro do programa viário do Plano de Metas de JK, tomando ênfase com os governos militares pós-64. Então, uma série de políticas, inspiradas sob o signo da “segurança nacional”, promovem a abertura de diversas vias de penetração, cria diversos incentivos fiscais, e estimula a migração em massa, deflagrando vários projetos de colonização. O Estado direciona vultosos investimentos em parceria com o grande capital, instalando imensos empreendimentos que vão desde a extração mineral, como Carajás, a extensos estabelecimentos agro-pecuário-industriais e madeireiros (SANTOS, 1980; BECKER *et al.*, 1990; PANDOLFO, 1994).

D. Mahar (1978) estabelece cinco fases estratégicas de integração da Amazônia ao contexto econômico nacional. A primeira fase acontece com a criação em 1912 do Plano de Defesa da Borracha e vai até o final da segunda guerra. Esse Plano, segundo Roberto Santos (1980), constituiu uma verdadeira estratégia de desenvolvimento regional, englobando sete setores básicos: heveacultura e extração da borracha; industrialização; imigração; saúde; transportes; produção agrícola-alimentar; e pesca. Porém, sua implementação foi problemática e quase não saiu do papel.

Com a criação de uma nova estratégia, no segundo governo Vargas, em 1953, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), é dada uma ênfase à produção agrícola, visando-se o abastecimento interno e a exportação. Não saiu do papel. No governo de Juscelino Kubitschek (1955-60, marcado pelo slogan “Cincoenta Anos em Cinco”), foi quando a “marcha para o oeste”, lançada por Vargas em 1940, toma um ímpeto decisivo, através da implantação de Brasília e dos grandes eixos rodoviários que a ligam ao Pará e ao Acre, induzindo a mobilização migratória. Começa, então, o período de ocupação massiva da franja amazônica.

Em 1964, a partir da instalação do regime militar, no bojo de preocupações de ordem geopolítica e de segurança, é criada, em 1966, a Operação Amazônia. Em 1967 é estruturado o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia (GTINAM). Conforme Lima (1971, p. 25):

De acordo com o artigo 20 do Decreto nº 61.330, de 11 de setembro de 1967, o GT é integrado por representantes das três Forças Militares e de todos os Ministérios e órgãos, totalizando vinte agências administrativas, cuja ação se desenvolve e se interliga aos interesses da área, sob a coordenação do Ministério do Interior, pelo simples fato de lhe ser cometida, pelo Decreto-lei nº 200, entre muitas outras, a missão específica de promover a “Radicação de populações, ocupação do território e migrações internas”.

Tem início a fase de ocupação tecnocrática da região. Além dos ministérios (praticamente todos), a ação envolvia o fortalecimento da SPVEA, agora Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE). Foram criados o Banco da Amazônia S/A (BASA) e a Zona Franca de Manaus, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com o propósito de criar um cunho regional no médio vale do rio Amazonas. A Operação Amazônia visava sistematizar a ocupação a partir de áreas estratégicas e centros de desenvolvimento, ou seja, pela indução de fluxo migratório e de investimento para pontos selecionados. Para tanto, por meio da SUDAM, é elaborado o Primeiro Plano Diretor, cobrindo os anos de 1968, 1969 e 1970. Cria-se, então, a política de incentivos fiscais.

Em 1970 surge o Programa de Integração Nacional (PIN), visando estender a malha rodoviária e implantar projetos de colonização oficial. A grande característica desse plano é o novo contrato social na relação com a terra. Rompe-se a tradição latifundiária e privilegia-se o pequeno produtor rural, como proposto pelo Estatuto da Terra. Essa função é cumprida pelo Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Para implementar o projeto foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundo da fusão dos diversos órgãos que em nível federal cuidavam do problema/questão agrário, com uma metodologia específica de assentamento e assistência. Era um período caudatário das tensões sociais no campo – as ligas camponesas do Nordeste e os efeitos da mecanização rural no Sul-Sudeste –, forçando o governo a uma estratégia de ampla cooptação das massas rurais. Desse modo:

Em 1970 a criação do Programa de Integração (PIN) provoca uma dupla ruptura: ruptura do modelo social que, desde a chegada do colonizador português, caracterizava o modo de ocupação da Amazônia; ruptura no modelo da expansão do Brasil. (...) Uma característica importante desse novo modelo foi a civilização da estrada, que surgiu com estrondo na civilização do rio. Será isso um fator importante ou não? Terá isso algum significado simbólico de ruptura com o colonizador português agarrado à costa e à beira do rio? (...) Neste contexto, o programa de colonização de 1970 estará em ruptura total com tudo o que aconteceu. É a primeira vez na história da Amazônia, desde o começo da colonização portuguesa, que a conquista se baseia num novo contrato social. A Amazônia é oferta ao homem livre, ao camponês sem terra, ao cidadão marginal, em toda propriedade. Pela primeira vez, o homem não é mais o componente secundário que vai rentabilizar o capital, é o capital que é colocado à disposição do homem. O objetivo é criar uma classe média de camponeses; a utopia de construir uma sociedade igualitária na periferia de um Brasil que, em pleno milagre econômico, fomenta sem perceber uma sociedade cada vez mais desigual. É difícil dizer se isso foi um lapso, um concurso de circunstâncias ou uma tropeçada da oligarquia burguesa que o levou ao poder, mas o regime militar, não querendo ou não podendo enfrentar a oligarquia do Nordeste, vai investir na Amazônia para beneficiar desfavorecidos. Ele lhes construirá estradas, distribuirá terras, doará casas e condições para sobreviver no começo. Ao camponês, ele dá a terra para que este pioneiro corajoso construa o Brasil de amanhã. A terra não é mais um bem de capital como convém

ao economista ou ao latifundiário, mas sim um instrumento de trabalho. (...) Este projeto durou pouco tempo. Desde 1974 a colonização dirigida está quase abandonada. Após esta data, tenta-se restabelecer o equilíbrio através do financiamento ao grande capital para valorizar a Amazônia; mas o impulso foi dado, o mito está criado, a Amazônia é a terra onde cada um tem sua chance, é a terra onde o pequeno pode desafiar o grande, onde o “coronel” não encontra mais aí o seu lugar.” (Grifo adicionado) (HAMELIN, 1992, p. 164-5)

O efeito-demonstração do PIN, em termos de colonização, foi o ambicioso projeto de assentamento de cem mil famílias (500 000 pessoas) em cinco anos ao longo da Transamazônica. Mas em 1978, menos de 8% desses colonos tinham sido assentados (BUNKER, 1985). O fracasso é explicado por Fearnside (1986), que aponta problemas como a incapacidade do governo em fornecer títulos, escassez de crédito rural, falta de assistência adequada, estradas precárias e solos inadequados para agricultura sustentável.

Vale lembrar que, a partir de 1974, acontece o “restabelecimento do equilíbrio”, ou seja, a volta aos grandes investimentos, capazes de promover a ocupação amazônica com mais rapidez e menos ônus ao governo, de vez que a maior parte do montante tinha caráter privado, privilegiando os setores de agropecuária e de mineração. Lembrando que o choque do petróleo debilitou bastante os investimentos oficiais na região. Essa é uma nova fase de investimentos em pontos seletivos, estimulados pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), uma reestruturação na estratégia de ocupação da região, por conta do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A terra então, face ao processo inflacionário, mais do que nunca se torna basicamente poupança fundiária, condição de garantia futura de renda (SILVA, 1981).

A Amazônia hoje

De pronto, a mídia anuncia o desmatamento em 2016 de 30% da floresta em relação a 2015, considerado o pior resultado desde 2008. Isso corresponde a vinte e quatro vezes a área da cidade de Belo Horizonte, que é de 331 km². Os estados que mais contribuíram para esse montante foram Pará, Rondônia e Mato Grosso, segundo dados do Instituto Ambiental da Amazônia. “A maior parte do problema se concentrou em terras privadas e assentamentos. Quem mais derrubou árvores fez uma espécie de puxadinho na mata para não chamar atenção já que os grandes desmatamentos são mais fáceis de serem localizados pela fiscalização”. É um ritmo que destoia do acordo de Paris, celebrado no ano passado (2016), quando o Brasil prometeu zerar o desmatamento na Amazônia até 2030 e recuperar doze milhões de hectares de floresta para conter o aquecimento global. Mas, dessa forma, será impossível, evidentemente, cumprir o compromisso.

Ora, em 2003 o pesquisador David McGrath, em entrevista a *Veja* (2003), diz: “Comparei a evolução do produto interno bruto com a taxa anual de desmatamento. Encontrei duas curvas quase iguais”. O título da entrevista é *A Amazônia será ocupada*. A tese de McGrath, que é geógrafo de formação, é que o desmatamento é inevitável. Os números analisados por McGrath traduzem uma equação entre crescimento econômico e desmatamento. Ou seja, uma clara desqualificação do estoque de biodiversidade que, no caso, só tem valor enquanto madeira e espaço para atividades econômicas; enfim, a substituição da floresta por cidades, plantação de grãos, pecuária, mineração, etc. O que fica evidente, nesse caso, é que, a prevalecer a preocupação ecologista, há um paradoxo a

ser resolvido. Ou se muda os parâmetros do que se considera como sendo desenvolvimento ou não adianta se reivindicar posturas ecológicas!!!

Considera-se a floresta amazônica como o lugar de maior diversidade biológica na Terra. Estima-se que ela seja o habitat de cerca de 80 mil diferentes tipos de planta e de 30 milhões de espécies animais². Em 1969, o geólogo alemão Jürgen Haffer propôs a ideia de uma drástica diminuição periódica da vegetação nos períodos glaciais, permanecendo apenas ilhas de florestas que serviriam de refúgio também para a fauna. Face ao isolamento, haveria o surgimento de novas espécies de flora e de fauna. Passada a fase glacial, a floresta ressurgiria mais exuberante ainda. Assim se explicaria a extraordinária biodiversidade amazônica. Essa ideia é conhecida hoje como a Teoria do Refúgio³, e possui muitos contestadores. É claro que ela não considera o fato de inúmeros povos terem perambulado pela Amazônia por milhares de anos e com isso contribuído para a biodiversidade amazônica, como, por exemplo, a terra preta. Mas ela, na verdade, inspira a ideia de que deixando-se ilhas de mata preservada pode-se promover o desmatamento. Ou seja, alguma analogia com o zoneamento?

Bom, a Amazônia seria então intocável? Não, evidentemente. Mas a ocupação precisa ser ordenada, e, principalmente, tendo como referência uma nova forma de extrativismo baseado no uso da biodiversidade; no sentido de que a floresta em pé, viva, vale mais do que derrubada. E este procedimento faculta a preservação, também, dos povos da floresta por serem detentores, por exemplo, de saberes milenares, o conhecimento adquirido por repetidas práticas no uso das plantas e raízes, certamente pela sistemática de tentativa e erro, cujos acertos foram sendo passados de geração a geração até compor uma farmacopeia empírica. Portanto, há um saber preservado pela tradição indígena sobre as qualidades fitoterápicas e de outros usos da floresta⁴ que precisa ser respeitado.

Neste sentido, Ab'Saber (*apud* NITSCH, 2001, p. 5-6) nos diz que “Estabelecer as bases de um zoneamento ecológico e econômico em uma determinada conjuntura geográfica equivale a realizar um estudo para determinar a vocação de todos os sub-espacos que compõem um certo território, e efetuar o levantamento de suas potencialidades econômicas, sob um critério basicamente ecodesenvolvimentista.”

Então, eis a questão a ser discutida: o que vale mais: o boi e a soja ou a biodiversidade amazônica?

É claro que se coloca de pronto o papel das Universidades e Institutos de Pesquisa, mormente as da Região Norte. Pois é evidente que a única forma de se evitar a biopirataria é antecipar-se a ela. É preciso portanto que as referidas entidades assumam a Amazônia de modo claro e definitivo.

O PROFUNDO QUE EMERGE

Qual a modernização adequada para a Amazônia? Esta é a pergunta que se coloca. Assim, dado que o conceito de desenvolvimento, em geral, envolve parâmetros que implicam o uso intensivo das reservas naturais, o que significaria desenvolver a Amazônia? Para tanto, vamos fazer a discussão a partir do instrumento criado justamente para desenvolver a região, que é o zoneamento. No caso, por ter servido de efeito-demonstração, será focado o processo ocorrido em Rondônia.

Por exemplo, Manfred Nitsch (2001, p. 19) diz:

É difícil atribuir a expansão da chamada “fronteira” agrícola, pecuária e mineira ao ZEE, porque sem ele seguramente também aconteceriam processos similares. Porém,

a falta quase total, nas discussões em Rondônia, de argumentos tipo “vocação”, “vulnerabilidade”, “potencial”, “capacidade de suporte”, “sustentabilidade” e outros, usados nos discursos nacionais e estaduais sobre o ZEE, me parecem indicar que ele não serviu de freio aos desmatamentos e   destruição da floresta. A criação de conflitos abertos com a legislação preservacionista federal pela Lei 233 de 2000 reforça até a hipótese de que o ZEE, nas suas formas atualmente ou segundo a Metodologia em questão praticadas, tenha um viés anti-ecológico e/ou anti-democrático.

Ou seja, há uma visão tecnocrática que permeia o discurso sobre a Amazônia. Essa visão se pauta pela ênfase no valor de troca e não no valor de uso das reservas naturais. Isto é, a transformação de todo e qualquer patrim nio natural em mercadoria. O paradoxo, no caso,   que se faz sempre a apologia do astron mico valor da biodiversidade amazônica, e, no entanto, o desmatamento avança para alocação da pecuária e da soja.

A FORÇA DA GRANA   INEXORÁVEL?

Na condição de geógrafo, tendo a enfocar o presente ensaio pela  tica da moldagem espacial, isto é, a produção de espacialidades. Assim, a discussão é na direção de como a sociedade amazônica e/ou rondoniana (enquanto reflexo/manifestação da nacional) formatar ,   sua imagem e semelhança, a região. Ou seja, conforme tenho discutido (SANTOS, 2009; 2011), e mais recentemente (SANTOS, 2017), essa formatação se traduz em espacialidades/artefatos/recursos rurais e urbanos conectados por uma malha de modais hidro-ferro-rodoviários, exibindo uma trama complexa de fixos e fluxos, ou seja, uma paisagem socioecon mica eivada de interesses e conflitos, como também de ameaças sérias ao meio-ambiente. Em suma, trata-se de um processo de produção de espacialidades (e não de espaços [SANTOS, 2017]) que atuam como uma gama de recursos com os mais variados significados sociais. Importam as formas de acesso a esses recursos, corporificados em objetos que preenchem e viabilizam a cotidianidade nossa de cada dia. Portanto é crucial o acesso a tais artefatos. Então, como promover a modernidade na Amazônia, com seu corolário de industrialização e urbanização, sem promover desastres sócio-ecológicos? Isto é, sem predação/exclusão social que se projeta na predação/dilapidação ambiental. Lembrando que no meu trabalho citado (SANTOS, 2017) há a clara perspectiva de que temos um novo referencial, derivado do imperativo ecológico, que é o Paradigma Ecológico. Retomando, então, a pergunta inicial, qual a modernização adequada para a Amazônia?

No caso de Rondônia, face à efetiva experiência com o Zoneamento, o acervo de informações levantado pelas duas aproximações precisa ser discutido amplamente pela sociedade local. Não se pode raciocinar (como é a tendência do empresariado) em termos unicamente de grana; isto é, a grana pela grana. A grana, evidentemente, deve ser um resultado normal de uma transação de recursos. Ou seja, como não se pode ignorar o mercado (afinal ele é anterior ao capitalismo), busca-se ampli -lo no sentido de se propiciar uma acessibilidade aos recursos, de modo mais amplo e irrestrito.

Podemos evocar o testemunho de Brent H. Millikan (1998, p.14), falando sobre as duas aproximações do Planaflo, sobre o zoneamento rondoniano:

Um dos principais entraves na implementação da primeira aproximação do zoneamento de Rondônia tem sido a fragilidade dos processos e instituições de sua gestão como política pública. Nesse sentido, tem surgido problemas

como: i) a falta de participação de diversos setores na sociedade rondoniense na elaboração do mapa da primeira aproximação do zoneamento, ii) a precária operacionalização da Comissão Estadual do ZSEE de Rondônia e outras instâncias colegiadas, com atribuições relacionadas ao zoneamento, iii) uma falta de critérios técnicos, institucionais e jurídicos para orientar eventuais ajustes necessários no zoneamento e iv) uma falta inicial de “flexibilização” da primeira aproximação do ZSEE, seguida por mudanças na sua legislação por iniciativas do Executivo e Legislativo, em muitos casos sem critérios consistentes e transparentes.

E quanto à segunda aproximação:

Em termos gerais, a segunda aproximação do ZSEE tem sido tratada por órgãos governamentais e o Banco Mundial como um exercício essencialmente técnico, a ser realizado pelo governo e empresas de consultoria, menosprezando o seu caráter de instrumento político-institucional. Apesar dos estudos da SAZ se encontrarem em fase conclusiva, ainda falta clareza sobre a estratégia de ‘gestão política’ do zoneamento no futuro, especialmente em termos de: i) as instâncias possíveis de decisão sobre o zoneamento (p.ex. comunidades, comissões municipais de desenvolvimento, Comissão Estadual de Zoneamento, Assembleia Legislativa) e as necessidades de articulação entre si, e ii) os critérios e procedimentos a serem adotados em negociações sobre o zoneamento, visando a construção de consensos, a resolução de conflitos de interesse e a manutenção dos princípios de Desenvolvimento Sustentável na tomada de decisões sobre a gestão de espaços territoriais. Nesse sentido, diversas mudanças já efetuadas na legislação estadual do zoneamento são motivos de bastante preocupação.

Teses foram elaboradas academicamente, como meu próprio trabalho *A Fronteira do Guaporé*, em 2001, discutindo a colonização de Rondônia frente ao seu zoneamento territorial. Ora, o viés explorado é o da sustentabilidade. Só que em geral o enfoque evidencia sempre o(s) impacto(s) e não o comportamento social. Ou seja, na medida em que as práticas sociais são predatórias pela exploração do trabalho, por exemplo, tal comportamento é estendido também à natureza. Afinal, o conceito de sustentabilidade não é um conceito técnico, mas um enfoque político, porquanto visa a forma como um determinado grupo social se relaciona com o seu meio ambiente.

Desse modo, retomando a pergunta inicial, a discussão passa necessariamente pela maneira como se entende modernidade e como a aplicação da mesma, ou seja, de como processos de modernização podem atuar na Amazônia em sintonia com sua ecologia.

O que seriam esses processos de modernização? É claro que é crucial atentarmos para o fato de que o que se apregoa hoje como sendo pós-modernidade é, na verdade, as consequências da própria modernidade (GIDDENS, 1991). Há uma herança científico-tecnológica da modernidade que está aí para ser aplicada; e inclusive de modo crítico. Quer dizer, a modernidade oferece instrumental para que se faça sua própria crítica. E a crítica básica é exatamente o limite de uso que as reservas naturais possuem, porquanto existem sob a forma de estoque. Não são inesgotáveis. Essa foi a principal herança do movimento ecológico dos anos setenta do século passado e que, dado o custo-benefício implícito, foi chancelado pelo capital. De vez que preservar sai mais barato do que concertar, ou seja, tem-se que gerenciar. Por que ainda há resistências?

Ora, temos uma prática cultural de uso e abuso da natureza que é milenar e que foi intensificado pela Revolução Industrial (o ambiente não fazia parte do balanço de nenhuma empresa), ao passo que a nova mentalidade ecológica tem no máximo quarenta anos. Portanto, há um difícil e urgente caminho a ser percorrido.

NOTAS

2 De acordo com Carlos Nobre (2002): “A bacia amazônica contém uma gama variada de ecossistemas e grande riqueza em termos de diversidade biológica e étnica. Inclui a maior extensão de floresta tropical da Terra, mais de 5 milhões de km² e responde por aproximadamente um quarto das espécies animais e vegetais do planeta. Hoje, apenas algumas espécies são usadas pelo homem. A região tem recursos hídricos abundantes. A precipitação atmosférica anual é de 2,3 m, em média, e a descarga média do rio Amazonas no oceano Atlântico é de cerca de 220.000 m³/s, o que corresponde a 18% da descarga total de água fresca nos oceanos do mundo”.

3 Proposto inicialmente pelo zoólogo Paulo Emílio Vanzolini, mas formulado conceitualmente pelo alemão Jürgen Haffer em 1969 e aplicado à realidade brasileira pelo geógrafo Aziz Ab’Sáber, esse cenário – conhecido como Teoria dos Refúgios – representou durante pelo menos três décadas a visão mais aceita da porção sul do continente americano, incluindo o Brasil.

4 Segundo o FIBGE (2003), já foram identificadas na Amazônia Legal em torno de 650 espécies vegetais farmacológicas e de valor econômico. Só Rondônia possui 350 dessas espécies.

REFERÊNCIAS

BECKER, B.K. *et al.* **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território.** Brasília: Rio de Janeiro: UnB/UFRRJ, 1990.

BUNKER, S.G. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange and the failure of the modern state.** Chicago, 1985.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Editora Duas Cidades, 1975.

COY, M. Relações entre campo e cidade em áreas de colonização governamental e particular. Os exemplos de Rondônia e do Norte Matogrossense. *In: CONGRESSO DE AMERICANITAS*, 1., 1988, Amsterdam. **Anais [...]**. Amsterdam, 1988. p. 1-14.

CUNHA, E. **Os sertões.** São Paulo: Itatiaia, 1998 [1902].

FEARNSIDE, P. M. Alternativas de desenvolvimento na Amazônia brasileira: uma avaliação ecológica. **Ciência & Cultura**, ano 1, n. 38, p. 37-59, 1986.

FIBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Rio de Janeiro, 2003.

FONSECA, J.S. Real Forte do Príncipe da Beira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 55, n. 1, p. 329-371, 1892.

FOWERAKER, J. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

HAMELIN, P. O fracasso anunciado. *In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (Orgs.). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.* Belém: CEJUP, 1992, p. 161-176.

HOLANDA, S.B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

HOLANDA, S.B. As primeiras expedições. *In: HOLANDA, S.B. (Org.). História geral da civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. v. 1.

- KITAMURA, P.C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA SDI, 1994.
- LIMA, A.A.A. *et al.* A participação do ministério do interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 90, n. 415, 1971.
- LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1918.
- MCGRATH, D. **Entrevista a Revista Veja**. São Paulo: Abril, ed. 1828, 12 nov. 2003.
- MACHADO, L.O. **Mitos e realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional**. 1989. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989.
- MAHAR, D.J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise de políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MILLIKAN, B.H. **Zoneamento sócio-econômico-ecológico no Estado de Rondônia: análise de um Instrumento de ordenamento territorial na fronteira Amazônica**. Porto Velho: Planaflo, 1998.
- NITSCH, M. **Natureza sem voz: avaliação crítica do ordenamento territorial na Amazônia pelo “Zoneamento Ecológico-Econômico”**. Berlim: LAI-FUB, 2001.
- NOBRE, C. Amazônia e o carbono atmosférico. **Scientific American – Brasil**. Destaques de Novembro: Segunda-feira, 04 de novembro de 2002.
- NORMANO, J.F. **Brazil: a study of economic types**. Chapel Hill: Universidade da Carolina do Norte, 1935.
- PANDOLFO, C. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimentos e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP. 1994.
- RICARDO, C. **A marcha para o Oeste**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.
- ROSA, G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2001.
- SANTOS, C. **A espacialidade humana: teorizando o futuro: que espacialidades me servem e podem produzir as temporalidades que preciso?** São Carlos: Pedro e João Editores; Porto Velho: Edufro, 2009.
- SANTOS, C. **Da geografia à antropotopia: quando o planeta tornou-se mundo**. Porto Velho: EDUFRO, 2011.
- SANTOS, C. **As espacialidades humanas: uma antropotopia?** São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Queiroz Editor, 1980.
- SILVA, G.C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.
- SILVA, S. **Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo**. São Paulo: Pólis, 1981.
- WAIBEL, L.H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 2017.